

Área do associado 🙈

Início

Institucional ~

Imprensa >

Centro de Estudos ➤

Benefícios ~

Associe-se

**Contato** 

# Reforma administrativa: Frente Servir Brasil protocola mandado de segurança no STF contra a tramitação da PEC 32

Início / Destaque / Reforma administrativa: Frente Servir Brasil...



## Publicado em 25 de fev de 2021

Integrada pela ANAFE e pelo Fórum Nacional das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público (Servir Brasil), propôs, no último dia 12, mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/2020 — a reforma administrativa.

O Mandado de Segurança nº 37.688 foi impetrado com pedido de liminar contra atos do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP/AL), e do ministro da Economia, Paulo Guedes. O objetivo é que Lira suspenda a tramitação da reforma administrativa até que sejam publicados todos os documentos que instruíram a proposta.

A ação alega a impossibilidade de tramitação da PEC 32 sem a apresentação – amparada por direito líquido e certo ao devido processo legislativo – dos documentos que a embasaram.

O site criado pelo Ministério da Economia para, supostamente, dar acesso a estudos e pareceres que subsidiaram a PEC 32 (https://www.gov.br/economia/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/reforma-administrativa) traz informações incompletas e insuficientes para o debate sobre a administração pública.

Para a Servir Brasil, o direito ao devido processo legislativo foi violado. Os parlamentares não tiveram acesso aos documentos que instruíram a proposta, imprescindíveis à adequada apreciação e legítima votação da reforma constitucional.

"O texto encaminhado pelo Poder Executivo, que não tem previsão de impacto orçamentário e financeiro, provoca mudanças profundas para os futuros e atuais servidores. São alterações significativas nos direitos e nas prerrogativas do funcionalismo", alerta o presidente da Servir Brasil, deputado federal Professor Israel Batista (PV/DF).

#### **Iniciativa**

Em outubro de 2020, os integrantes da Servir Brasil impetraram o Mandado de Segurança 37.488, no STF, com o objetivo de obstar a tramitação da reforma administrativa sem a divulgação de todos os elementos que subsidiaram a elaboração do texto apresentado pelo Ministério da Economia, especialmente aqueles que tratam dos impactos orçamentários da proposta.

O ministro do STF Marco Aurélio Mello pediu informações ao então presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM/RJ), sobre a tramitação da PEC 32. Maia disse que não daria andamento à proposta enquanto as deliberações presenciais na Casa não fossem retomadas. Os trabalhos foram interrompidos por conta da pandemia da Covid-19.

### PEC 32 pode surtir consequências negativas

O texto propõe diversas mudanças na administração e no serviço público. Entre outros pontos, cria novos vínculos empregatícios; reduz o quadro de servidores com estabilidade; estabelece uma nova avaliação de desempenho com caráter rescisório; transfere para servidores temporários atribuições de servidores efetivos e viabiliza a extinção, transformação e fusão de entidades da administração pública autárquica e fundacional por meio de decreto da Presidência da República.

ANTERIOR



"A adoção do home office para as mulheres durante a pandemia" será temática de evento promovido pela ANAFE/BA



PRÓXIMO

NOTA DE PESAR

# Relacionado

ANAFE divulga resultado definitivo da seleção para as Comissões Temáticas da Associação

2 de março de 2021

Centro de Estudos da ANAFE inicia mapeamento para capacitações

1 de março de 2021

"A adoção do home office para as mulheres durante a pandemia" será temática de evento promovido pela ANAFE/BA

25 de fevereiro de 2021

ANAFE lança novo comercial na televisão com foco na importância do trabalho dos membros da AGU

1 de março de 2021

Últimos dias para os associados interessados em participar do Trabalho Parlamentar da ANAFE responderem a pesquisa

26 de fevereiro de 2021

ANAFE apresenta assuntos relevantes à Advocacia Pública ao líder do PTB

25 de fevereiro de 2021





Associação Nacional dos Advogados Públicos Federais (ANAFE), maior entidade representativa da Advocacia Pública Federal.

Email:

atendimento@anafenacional.org.br Telefone:

(61) 3326-1729

Temas mais publicados

Administração Pública

Advocacia-Geral da União

Advocacia-Geral da União (AGU)

Advocacia Publica

Advocacia Pública brasileira

Advocacia Pública Federal

Advocacia Pública Nacional

Advogado Público Federal

Advogados da União

Advogados Públicos

Advogados Públicos

Federais

AGU ANAFE

ANAFE SOLIDÁRIA

Associação

Associação Nacional dos

Advogados Públicos Federais

carreiras carreiras de Estado

combate à corrupção CONAFE

Congresso Nacional

Constituição Federal

Câmara dos Deputados

Dia Nacional da Advocacia Pública Direito

ESTADO Estado brasileiro

FONACATE

Função Essencial à Justiça

membros da AGU

Mobilização OAB PGF PGFN

PRERROGATIVAS

Procurador da Fazenda Nacional

Procuradores da Fazenda Nacional

Procuradores do Banco Central

Procuradores Federais

Procurador Federal

Procuradoria-Geral Federal

reforma da Previdência

Servidores Públicos

Serviço Público STF

Redes Sociais

f

Facebook

Twitter

YouTube

Instagram

Mapa do Site

Início

Institucional

Imprensa

Centro de Estudos

Benefícios

Associe-se

Contato

<sup>©</sup> Anafe - Todos os direitos reservados